



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabaglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2111



Ofício nº: 8580/2018

Processo nº: 969063, em apenso 997591

Belo Horizonte, 10 de maio de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor:
Olimpio Antunes Ribeiro Neto
Presidente da Câmara Municipal de Unaí
Av. José Luiz Adjuto, 117 - Centro
Unaí - MG - 38610-000.

Senhor Presidente,

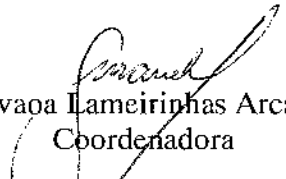
Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico-lhe que foi emitido o parecer prévio sobre as contas desse Município, mantido pelo Pedido de Reexame.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br "ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS".

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, consoante disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 102, de 18/01/2008, deverá ser enviada a este Tribunal cópia autenticada da Resolução votada, promulgada e publicada, bem como das atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retro mencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/03, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais cabíveis.

Respeitosamente,


Giovanna Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

COMUNICADO IMPORTANTE

As intimações referentes a este processo serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial de Contas, salvo disposição expressa do Relator, nos termos do disposto no art. 166, §3º da Res. 12/2008 e art. 26, §2º da Res. 10/2010. Acesso: doc.tce.mg.gov.br.
Cadastre-se no sistema PUSII e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCE-MG

Relatório de Dados do Processo



DADOS DO PROCESSO:

Nº Processo: 969063 **Protocolo/Ano:** 9000383400 / 2015 **Data Cadastro:** 04/11/2015 **Ano Ref.:** 2014
Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL **Tipo de Administração:** DM
Localização: COORDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃO - CADEL **Novo Processo:**
Situação: AGUARDANDO TRÂNSITO EM JULGADO
Procedência: MUNICÍPIO DE UNAI
No Antigo: **Processo Principal:** **Qtde. Anexos:**
Município: UNAI

APENSAO AO PROCESSO:

N	Data	Setor Responsável	Motivo
997591	17/11/2016	PROTOCOLO	EXAME DE RECURSO

DISTRIBUIÇÃO:

Relator: CDNS. GILBERTO DINIZ **Distribuído em:** 04/11/2015
Colegiado: SEGUNDA CÂMARA **Redistribuído em:**
Auditor:
Procurador MP: MARIA CECÍLIA **Distribuído em:** 03/05/2016
Assunto: REMESSA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2014

RESPONSÁVEL / INTERESSADO / PROCURADOR:

Nome: CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI **Tipo:** Órgão/Entidade
Nome: DELVITO ALVES DA SILVA FILHO **Tipo:** Responsável
Nome: MUNICÍPIO DE UNAI **Tipo:** Órgão/Entidade

ÚLTIMAS TRAMITAÇÕES:

Nº GUIA: 1399122 **Origem:** COORDENADORIA DE DELIBERAÇÃO E **Destino:** 09/04/2018 **Ocorrência:** CUMPRIMENTO DE DECISÃO
COORDENADORIA DE DELIBERAÇÃO E COORDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃO - CDLEGADA

JURISPRUDÊNCIA	CADEL	ELABORAÇÃO DO REGISTRO DAS DECISÕES
1396423	23/03/2018 SECRETARIA DA 2ª CÂMARA	ELABORAÇÃO DO REGISTRO DAS DECISÕES
1395770	20/03/2018 GABINETE CDNS. JOSE ALVES VIANA	DEVOLUÇÃO
1395530	20/03/2018 SECRETARIA DA 2ª CÂMARA	DEVOLUÇÃO
1393989	12/03/2018 GABINETE CONS. JOSE ALVES VIANA	PUBLICAÇÃO DE PAUTA
1370142	10/10/2017 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	CONCLUSÃO AO RELATOR DO RECURSO
1370105	10/10/2017 GABINETE DRA. MARIA CECÍLIA	DEVOLUÇÃO COM PARECER
1364113	15/09/2017 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	CONCLUSÃO AO PROCURADOR
1363974	14/09/2017 DCEM - DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DDS MUNICÍPIOS	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

DECISÃO(ÕES):			
Sessão:	Tipo:	Competência:	Relator:
06/10/2016	NORMAL	SEGUNDA CÂMARA	CONS. GILBERTO DINIZ
Decisão:	Ocorrência:		
REJEIÇÃO DAS CONTAS			
Sessão:	Tipo:	Competência:	Relator:
22/03/2018	NORMAL	SEGUNDA CÂMARA	CONS. GILBERTO DINIZ
Decisão:	Ocorrência:		

OFÍCIO(S):				
Ano	No	Parte	Dt. Comun.	Dt. Vcto.
2018	8580	OLÍMPIO ANTUNES RIBEIRO NETO	10/05/2018	
2018	8579	JOSÉ GOMES BRANQUINHO	10/05/2018	
2016	11970	DELVITO ALVES DA SILVA FILHO	18/07/2016	31/08/2016
2016	598	DELVITO ALVES DA SILVA FILHO	25/01/2016	03/03/2016

APENSO(S):	



Processo	Data	Sector Responsável	Motivo
997591	17/11/2016	PROTOCOLO	EXAME DE RECURSO>

PEÇAS PROCESSUAIS:

Data do Arquivo	Descrição	link
03/04/2018	ACÓRDÃO	Ver íntegra do documento
17/10/2016	PARECER	Ver íntegra do documento
06/09/2016	PARECER MP	Ver íntegra do documento
30/08/2016	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento
13/07/2016	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
08/07/2016	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento
29/06/2016	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
25/05/2016	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
06/05/2016	PARECER MP	Ver íntegra do documento
03/05/2016	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento
09/12/2015	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
01/12/2015	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento

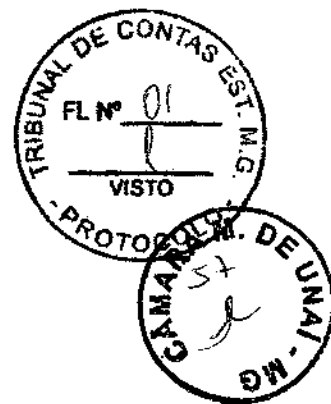
ADVOGADO(S) CADASTRADO(S):

Nome	Número da OAB
PAUL GILBERTO ALVES DE SOUSA	OAB/MG 098.110
JOSE INACIO LUCAS	OAB/MG 105.993





TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS



DISTRIBUIÇÃO

Autos de nº. : 969063

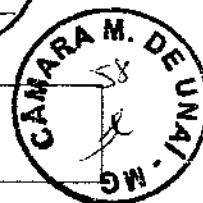
Natureza : PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL

Distribuição em : 04/11/2015 às 19:31:10

Ao Exmo. Sr. Relator : CONS. GILBERTO DINIZ



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

1 - informações Preliminares

Considerando a competência prevista no art. 31 da Constituição da República de 1988, no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e no inciso II do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, procedeu-se à análise das contas anuais prestadas nos termos da Instrução Normativa 03/2014.

Prefeito(s)

Período:	01/01/14 até 31/12/14	CPF:	149.746.061-15
Endereço:	VIRGILIO JUSTINIANO RIBEIRO, CENTRO - 38.610-000	Identidade:	MG18600 - SSPDF
E-mail:	prefeitura@prefeitura.mg.gov.br	Telefone:	(0038)9805-0014

Responsáveis pela Contabilidade

Período:	01/06/14 até 31/12/14	Identidade:	963824 - SSPDF
Endereço:	CONJUNTO C LOTE, PLANALTINA - 73.340-103	Telefone:	(0038)3676-4073
E-mail:	adailson2005@gmail.com	C.R.C:	05252807
CPF:	372.149.421-00		
Período:	01/01/14 até 31/05/14	Identidade:	1287494 - SSPDF
Endereço:	ALBA GONZAGA, CENTRO - 38.610-000	Telefone:	(0038)3676-4254
E-mail:	decon@prefeituraunai.mg.gov.br	C.R.C:	06634703
CPF:	765.056.936-53		

Responsáveis pelo Controle Interno

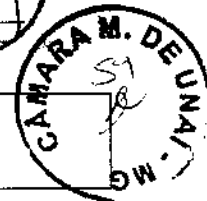
Período:	01/01/14 até 31/12/14	CPF:	728.924.126-68
Endereço:	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA, CRUZEIRO - 38.610-000	Identidade:	5960170 - SSPDF
E-mail:	prefeitura@prefeituraunai.mg.gov.br	Telefone:	(0038)3676-1966

Parecer do Controle interno:

Regularidade das Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2014 foi aprovada sob o nº 2896

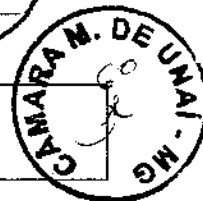
Receita e Despesa Orçada: 179.242.612,13

2.1 - Créditos Suplementares						
Lei Orçamentária Anual	2896	03/01/2014	20,00	35.848.522,43	70.962.595,98	
Total autorizado na LOA				35.848.522,43	70.962.595,98	35.114.073,55
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2938	01/10/2014		246.981,40	246.981,40	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar n 2950	2950	17/12/2014		587.052,57	587.052,57	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2951	17/12/2014		2.844.000,00	2.844.000,00	0,00
Créditos Suplementares Irregulares						35.114.073,55
Créditos Suplementares Abertos por Origem						
Créditos Suplementares Abertos por Anulação de Dotações						61.528.929,08
Créditos Suplementares Abertos por Excesso de Arrecadação						0,00
Créditos Suplementares Abertos por Operação de crédito						0,00
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro						13.111.700,87
Total Aberto por Origem						74.640.629,95

Foram abertos créditos suplementares no valor de R\$ 35.114.073,55 sem cobertura legal, contrariando o disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.2 - Créditos Especiais

2906	01/04/2014	60.000,00	60.000,00	0,00	
2907	07/04/2014	4.243,20	4.243,20	0,00	
2913	07/05/2014	21.000,00	21.000,00	0,00	
2917	10/07/2014	80.000,00	80.000,00	0,00	
2919	16/06/2014	20.000,00	20.000,00	0,00	
2937	01/10/2014	10.000,00	10.000,00	0,00	
2948	20/11/2014	188.000,00	188.000,00	0,00	

Créditos Especiais
Irregulares

0,00

Créditos Especiais Abertos por Origem

Créditos Especiais Abertos por Anulação de Dotações	383.243,20
Créditos Especiais Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Especiais Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Especiais Abertos por Superávit Financeiro	0,00
Total Aberto por Origem	383.243,20

2.3 - Créditos Extraordinários

Total	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

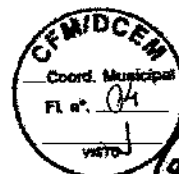
2.4 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis

2.4.1 - Excesso de Arrecadação

100 - Recursos Ordinários	6.566.207,81	0,00	0,00	76.508.002,35	78.967.031,02	-2.459.028,67
101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação	1.233.670,35	0,00	0,00	12.552.125,46	12.375.278,22	176.847,24
102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	1.227.611,72	0,00	0,00	30.005.217,98	29.808.165,43	197.052,55
103 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira	552.985,15	0,00	0,00	19.191.000,00	11.299.745,72	7.891.254,28
117 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	319.979,28	0,00	0,00	844.428,35	844.428,35	0,00
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	162.275,60	0,00	0,00	17.388.750,67	17.178.743,39	210.007,28
119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	108.183,39	0,00	0,00	2.853.181,97	2.845.514,96	7.667,01
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	124.482,10	0,00	0,00	2.063.868,10	2.061.462,71	2.405,39
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	823.767,59	0,00	0,00	255.259,04	238.623,04	16.636,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

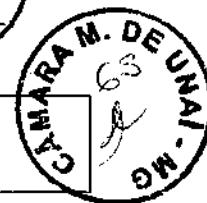
2.4 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis

2.4.1 - Excesso de Arrecadação

124 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	2.292.913,41	0,00	0,00	2.050.879,44	2.050.785,19	94,25
142 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	66.082,09	0,00	0,00	18.397,63	18.397,63	0,00
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	107.057,77	0,00	0,00	198.143,97	186.452,27	11.691,70
147 - Transferência do Salário-Educação	12.959,08	0,00	0,00	151.485,96	147.488,79	3.997,17
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	299,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	115.206,36	0,00	0,00	126.424,50	118.512,00	7.912,50
156 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	8.137,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157 - Multas de Trânsito	168.727,86	0,00	0,00	187.783,00	187.783,00	0,00
192 - Alienação de Bens	767.220,90	0,00	0,00	824.604,77	812.465,77	12.139,00
Total			0,00			



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.4.2 - Superávit Financeiro

14.401.216,90	13.111.700,87	0,00

2.5 - Créditos Disponíveis

192.354.313,00	179.563.485,47	0,00

Obs.: Os Créditos Concedidos referem-se ao valor da despesa atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções).

Considerações:

Lei Municipal n. 2950, de 17/12/2014, conforme cópia de fl. 20.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

Informações

Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - Receita Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)		106.078.197,09
Repasse Concedido		7.140.048,39
(-) Numerário Devolvido		0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas		0,00
Total do Repasse Concedido	6,73	7.140.048,39
Limite Percentual e Valor Devido Conforme (Art 29-A, CR/88)	7,00	7.425.473,80
Percentual Excedente e Valor Excedente	0,00	0,00

Informações Complementares

População*	82298
Número de Vereadores	17
Inciso conforme Caput Art. 29-A	I

*Fonte do dado: Última estimativa disponibilizada no site do IBGE.

O valor do repasse atendeu o disposto no Inciso I do Caput do artigo 29-A da Constituição Federal/88.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

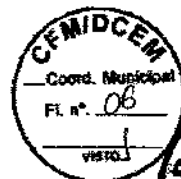
Nº do Processo: 969063

4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	3.301.242,94
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	83.344,52
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	329.099,70
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	1.778.021,51
Sub Total	5.491.708,67
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.052.309,89
Sub Total	6.052.309,89
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.582.459,57
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	89.871,22
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.662,23
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	65.504,79
Sub Total	8.748.497,81
1112.04.31 - Imposto de Renda Rebdo nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	5.890.698,06
Sub Total	5.890.698,06
Sub Total	0,00
Total	26.183.214,43
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	32.402.449,67
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.244.183,90
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 67/96	290.082,00
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	43.975.022,56
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	7.911.513,86
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	803.324,51
Total	86.626.576,50
TOTAL DAS RECEITAS (A)	112.809.790,93



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

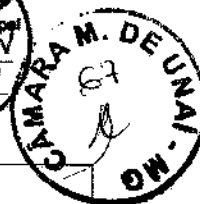
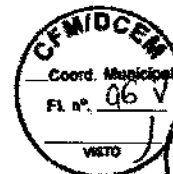
Exercício Atual

B - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	28.202.447,73
C - Valor da Aplicação	24,88	28.070.886,85
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)		-131.560,88

Não foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino tendo aplicado somente 24,88% da Receita Base de Cálculo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

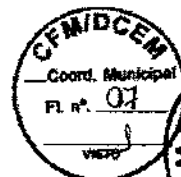
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	705.203,68	0,00	67.592,28	772.795,96
0003 - DIRECAO ESTRATEGICA	2.171.872,10	73.596,28	15.623,45	2.261.091,83
0012 - DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA EDUCACAO	51.847,76	26.217,99	0,00	78.065,75
Sub Total	2.928.923,54	99.814,27	83.215,73	3.111.953,54
0010 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	1.839.584,60	109.905,30	13.936,88	1.963.426,78
0011 - APOIO AO EDUCANDO	3.857.537,42	127.349,10	14.297,98	3.999.184,50
Sub Total	5.697.122,02	237.254,40	28.234,86	5.962.611,28
0010 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	2.168.782,35	27.966,70	10.369,15	2.207.118,20
Sub Total	2.168.782,35	27.966,78	10.369,15	2.207.118,20
0010 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	6.100,33	0,00	0,00	6.100,33
Sub Total	6.100,33	8,88	0,00	6.100,33
12 - Total Educação	10.600.928,24	365.035,37	121.819,74	11.287.783,35

Resumo

Valor Pago (A)	10.800.928,24
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	17.050.077,19
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	486.855,11
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	28.337.860,54
Disponibilidade de caixa (D)	230.845,75
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	10.964,33
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	219.881,42
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	266.973,69
Total Aplicado (H = C - G)	28.070.886,85



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	3.301.242,94
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	83.344,52
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	329.099,70
1931.11.00 - Receita da Divida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	1.778.021,51
Sub Total	5.491.708,67
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.052.309,89
Sub Total	6.052.309,89
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.582.459,57
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	89.871,22
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.662,23
1931.13.00 - Receita da Divida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	65.504,79
Sub Total	8.748.497,81
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	5.890.698,06
Sub Total	5.890.698,06
Sub Total	0,00
Total	26.183.214,43
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	32.402.449,67
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.244.183,90
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	290.082,00
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	43.975.022,56
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	7.911.513,86
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	803.324,51
Total	86.626.576,50
TOTAL DAS RECEITAS (A)	112.809.790,93



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

Resumo da Aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Exercício Atual		
B - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	16.921.468,64
C - Valor da Aplicação	24,09	27.172.359,89
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)		10.250.891,25

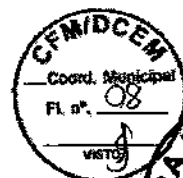
Foi aplicado o percentual de 24,09% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

Não existe valor residual a ser aplicado referente a exercício anterior (caput art 25 da Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012).

No exercício de 2014, apuramos aplicação de R\$ 27.172.359,89 nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, correspondendo ao percentual de 24,09% superior ao limite mínimo constitucional exigido. Entretanto o Demonstrativo da Aplicação do Resíduo evidencia a não utilização pelo município das modalidades pertinentes (74,76 e 96). Assim, permanece não atendido o disposto no art. 25 da LC 141/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

5 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	3.230.152,04	0,00	578.354,15	3.808.506,19
0003 - DIRECAO ESTRATEGICA	2.485.790,08	177.727,70	48.150,92	2.711.668,70
0005 - GESTAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS	917.506,84	17.536,95	1.171,65	936.215,44
Sub Total	6.633.448,96	195.264,65	627.676,72	7.456.396,33
0013 - SAUDE DA FAMILIA	353.783,75	11.090,56	29.066,26	393.940,57
0014 - ATENCAO BASICA EM UNIDADES CONVENCIONAIS	103.695,89	605,08	0,00	104.300,97
0015 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	151.131,12	0,00	0,00	151.131,12
0016 - ATENCAO BASICA EM SAUDE BUCAL	1.540.186,84	3.999,86	6.480,00	1.550.666,70
0017 - NUCLEO DE APOIO AO SAUDE DA FAMILIA	117.517,88	0,00	0,00	117.517,88
0018 - PLANEJAMENTO FAMILIAR E SAUDE DA MULHER	57.099,21	0,00	0,00	57.099,21
0059 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS	50,00	0,00	0,00	50,00
Sub Total	2.323.464,69	15.695,50	35.546,26	2.374.706,45
0021 - TRANSPORTE SANITARIO	892.022,48	68.154,40	87.626,47	1.047.803,35
0028 - ATENCAO A SAUDE MENTAL	338.398,16	0,00	0,00	338.398,16
0029 - ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	1.912.540,18	3.958,50	85.838,51	2.002.337,19
0030 - ATENCAO EMERGENCIAL E HOSPITALAR	11.935.712,23	153.923,31	475.622,36	12.565.257,90
0059 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS	236.362,90	772,20	267,30	237.402,40
Sub Total	15.315.635,95	226.868,41	649.354,64	16.191.199,66



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

5 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

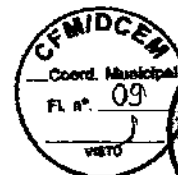
0022 - LABORATORIO MUNICIPAL	959.251,94	0,00	0,00	959.251,94
0023 - TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO	0,00	0,00	35.200,00	35.200,00
0025 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	167.742,98	4.687,44	0,00	172.430,42
0026 - PREVENCAO AS DST E AIDS	45.338,97	0,00	0,00	45.338,97
0030 - ATENCAO EMERGENCIAL E HOSPITALAR	495.211,40	0,00	0,00	495.211,40
Sub Total	1.867.545,29	4.687,44	35.200,00	1.787.432,73
0020 - VIGILANCIA SANITARIA	188.732,45	0,00	0,00	188.732,45
Sub Total	188.732,45	8,00	8,88	188.732,45
0019 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL	1.044.132,55	177,84	1.808,79	1.046.119,18
Sub Total	1.044.132,55	177,84	1.808,79	1.046.119,18
10 - Total Saúde	27.172.359,89	442.633,84	1.349.586,41	28.964.580,14

Resumo

Valor Pago (A)	27.172.359,89
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	1.792.220,25
Subtotal (C = A + B)	28.964.580,14
Disponibilidade de caixa (D)	17.299,15
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	21.794,56
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	1.792.220,25
Total Aplicado (H = C - G)	27.172.359,89



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Despesa Total com Pessoal no Ano			
3.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	97.413.341,76	5.616.592,55	103.029.934,31
3.1.00.00.00 - PESSDAL E ENCARGOS SDGIAIS	97.413.341,76	5.616.592,55	103.029.934,31
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	92.366.625,26	5.360.867,47	97.727.492,73
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	7.312.975,49	0,00	7.312.975,49
3.1.90.01.01 - APOSENTADORIAS CUSTEADAS CDM RECURSDS DD RPPS	7.312.975,49	0,00	7.312.975,49
3.1.90.03.00 - PENSÕES	2.153.492,34	0,00	2.153.492,34
3.1.90.03.01 - PENSÕES CUSTEADAS CDM RECURSOS DD RPPS	2.153.492,34	0,00	2.153.492,34
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.519.006,38	0,00	15.519.006,38
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	633.087,90	0,00	633.087,90
3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%)	326,34	0,00	326,34
3.1.90.04.99 - Outros	14.885.592,14	0,00	14.885.592,14
3.1.90.05.00 - OUTRDS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.207.299,36	0,00	1.207.299,36
3.1.90.05.01 - Outros Benefícios Previdenciários de Pessoal Ativo	1.048.778,64	0,00	1.048.778,64
3.1.90.05.02 - Outros Benefícios Previdenciários de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos do RPPS	158.520,72	0,00	158.520,72
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.493.640,19	4.938.298,63	65.431.938,82
3.1.90.11.01 - PESSDAL (RECURSDS: MÍNIMO DE 60%)	2.304.621,11	0,00	2.304.621,11
3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSDS: 40%)	265.191,65	0,00	265.191,65
3.1.90.11.03 - PESSDAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO RPPS), EXCETO FUNDEB	51.730.978,58	2.619.104,42	54.350.083,00
3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AD INSS), EXCETO FUNDEB	122.465,01	1.146,54	123.611,55



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

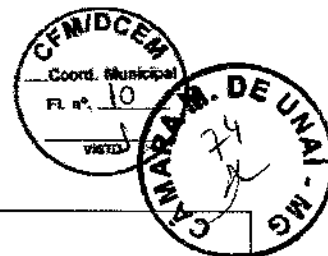
Exercício: 2014

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

3.1.90.11.05 - PESSOAL CARGO COMISSIONADO, EXCETO FUNDEB	4.175.993,29	876.194,37	5.052.187,66
3.1.90.11.06 - SUBSÍDIO VEREADOR	0,00	1.345.475,20	1.345.475,20
3.1.90.11.07 - SUBSÍDIO PREFEITO	227.701,33	0,00	227.701,33
3.1.90.11.08 - SUBSÍDIO VICE-PREFEITO	123.326,29	0,00	123.326,29
3.1.90.11.09 - SUBSÍDIO SECRETÁRIO MUNICIPAL	1.543.362,93	0,00	1.543.362,93
3.1.90.11.10 - SUBSÍDIO PRESIDENTE DA CÂMARA	0,00	96.378,10	96.378,10
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.448.693,07	422.568,84	4.871.261,91
3.1.90.13.01 - FGTS (EXCETO FUNDEB)	7.371,96	0,00	7.371,96
3.1.90.13.02 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS (EXCETO FUNDEB)	629.375,48	0,00	629.375,48
3.1.90.13.03 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O INSS (EXCETO FUNDEB)	3.160.752,21	422.568,84	3.583.321,05
3.1.90.13.04 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB (MÍNIMO DE 60%)	567.016,22	0,00	567.016,22
3.1.90.13.99 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	84.177,20	0,00	84.177,20
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	175.016,51	0,00	175.016,51
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	175.018,51	0,00	175.016,51
3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	139.017,17	0,00	139.017,17
3.1.90.92.01 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DE PESSOAL ATIVO	5.496,46	0,00	5.496,46
3.1.90.92.03 - Despesas de Exercícios Anteriores de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	133.520,71	0,00	133.520,71
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	917.484,75	0,00	917.484,75
3.1.90.94.01 - INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO DE SERVIDORES DO EMPREGADO	328.546,09	0,00	328.546,09
3.1.90.94.03 - RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	588.938,66	0,00	588.938,66



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

3.1.91.00.00 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.	5.046.716,50	255.725,08	5.302.441,58
3.1.91.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.046.716,50	255.725,08	5.302.441,58
3.1.91.13.02 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS (EXCETO FUNDEB)	4.446.365,30	255.725,08	4.702.090,38
3.1.91.13.04 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB (MÍNIMO DE 60%)	600.351,20	0,00	600.351,20
Exclusões da Despesa Total com Pessoal			
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio.	10.673.767,19	0,00	10.673.767,19
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	917.484,75	0,00	917.484,75
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	139.017,17	0,00	139.017,17
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	11.730.269,11	0,00	11.730.269,11
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	85.683.072,65	5.616.592,55	91.299.665,20



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Receitas

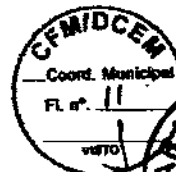
Receitas		189.086.895,40
95 - FUNDEB		17.050.077,19
Sub Total		17.050.077,19
92 - Restituições		1.088.650,27
Sub Total		1.088.650,27
Total		18.138.727,46
7940.00.00 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para a Amortização de Déficit Atuarial do RPPS		4.751.176,94
7210.29.15 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		734.802,68
7210.29.01 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		4.878.409,88
Sub Total		10.364.388,48
1210.29.11 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		5.380,96
1210.29.07 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		4.423.471,86
1210.29.09 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		66.430,25
Sub Total		4.495.283,07
1922.10.00 - RESTITUIÇÕES		73.762,30
Sub Total		73.762,30
Total		14.933.434,85
Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)		156.014.733,09

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Permitido pela Lei Complementar 101/2000	84.247.955,87	9.360.883,99	93.608.839,85
Total da Despesa com Pessoal	85.683.072,65	5.616.592,55	91.299.665,20
% Aplicado	54,92	3,60	58,52
% Excedente	0,92	0,00	0,92



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai

Exercício: 2014

Nº do Processo: 969063

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 54,92% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 3,60% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 58,52% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Considerações:

De acordo com o anexo I do Relatório LRF, fl. 25/26, o Poder Executivo não adequou os gastos com pessoal, não tendo eliminado o excedente. O Executivo aplicou 54,92% da receita corrente líquida com despesas de pessoal, não tendo cumprido o limite estabelecido no art. 20, inciso III, alínea b, da Lei nº 101/2000, bem como obrigação imposta pelo art. 23 da Lei nº 101/2000.



Município:	Unai	Exercício:	2014
Nº do Processo:	969063		

7 - CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Foram abertos créditos suplementares no valor de R\$ 35.114.073,55 sem cobertura legal, contrariando o disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 54,92% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Não foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino tendo aplicado somente 24,88% da Receita Base de Cálculo.

CONCLUSÃO:

Após a análise da prestação de contas apresentada, conclui-se que as irregularidades poderão ensejar a rejeição das contas em conformidade com o disposto no inciso III do art. 45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Conforme previsto na IN nº 03/2014, caso a defesa apresentada impacte as remessas mensais consolidadas, essas remessas deverão ser integralmente substituídas no SICOM, obedecendo a ordem sequencial, mediante solicitação de substituição pelo Prefeito no portal do SICOM - ícone Substituição de PCA.

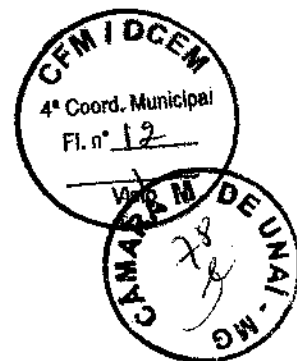
"O relatório técnico e demais documentos que serviram de parâmetro para a análise das contas (arquivo "Relatório Técnico") estão disponíveis no Portal TCEMG no endereço www.tce.mg.gov.br, Aba "Serviços", Funcionalidade "Vista Eletrônica de Processos". Para acessá-los, os responsáveis deverão informar o número de seu CPF e a chave de acesso constante do ofício de citação."

DCEM/

4ª CFM, em 27/11/2015

Nome: JOSÉ DE ASSIS DRUMOND

Cargo/TC: Analista de Controle Externo / 15242



LEI N.º 2.896, DE 3 DE JANEIRO DE 2014.

Estabelece a forma de financiamento das políticas públicas a serem executadas pelo Município de Unai em 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE UNAI, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unai decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Fica estabelecida, por esta Lei, a forma de financiamento das políticas públicas a serem executadas pelo Município de Unai durante o exercício financeiro de 2014, comportando o Orçamento Anual, com a receita estimada no montante de R\$ 179.242.612,13 (cento e setenta e nove milhões duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e doze reais e treze centavos), do qual foram deduzidas as retenções para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, fixada, também, a despesa em igual valor, nos termos do artigo 165, § 5º da Constituição Federal; do artigo 156, inciso III da Lei Orgânica do Município e segundo as diretrizes e bases estatuídas pela Lei Municipal n.º 2.844, de 20 de junho de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; e

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da administração direta e indireta a ele vinculados, bem como fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

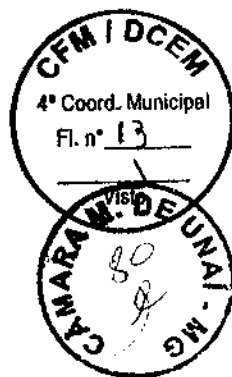
CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I



(Fls. 2 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)



Da Estimativa da Receita

Subseção Única

Da Receita Total

Art. 2º A receita orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, fica estimada em R\$ 179.242.612,13 (cento e setenta e nove milhões duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e doze reais e treze centavos), deduzidas as contas retificadoras, desdobrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal no valor de R\$ 127.572.100,20 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cem reais e vinte centavos; e

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 51.670.511,93 (cinquenta e um milhões, seiscentos e setenta mil, quinhentos e onze reais e noventa e três centavos).

Art. 3º As receitas ficam estimadas por categoria econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo II do Apêndice A desta Lei.

Art. 4º A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento do Anexo II do Apêndice A desta Lei.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Subseção Única

Da Despesa Total

Art. 5º A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, fica fixada em R\$ 179.242.612,13 (cento e setenta e nove milhões duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e doze reais e treze centavos), desdobrada nos termos do artigo 4º da Lei Municipal n.º 2.844, de 2013, nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal no valor de R\$ 104.407.818,78 (cento e quatro milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e oito centavos);

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 62.625.944,86 (sessenta e dois



(Fls. 3 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)

milhões seiscentos e vinte e cinco mil novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos); e

III – Reserva de Contingência no valor de R\$ 12.208.848,49 (doze milhões duzentos e oito mil oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos), sendo:

a) no Orçamento Fiscal o valor de R\$ 6.867.477,27 (seis milhões oitocentos e sessenta e sete mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos); e

b) no Orçamento da Seguridade Social o valor de R\$ 5.341.371,22 (cinco milhões trezentos e quarenta e um mil trezentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos).

Art. 6º Estão plenamente assegurados os recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o artigo 40 da Lei Municipal n.º 2.844, de 2013.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 7º A despesa total fixada por função, poderes e órgãos está definida no Anexo IX do Apêndice A desta Lei.

Seção IV

Da autorização para abertura de crédito

Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 20% (vinte por cento) dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

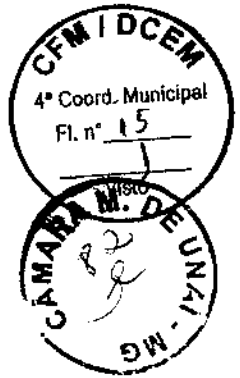
I – anulação parcial ou total de dotações;

II – incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço;

III – excesso de arrecadação em bases constantes; e

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente

(Fls. 4 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)



possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Parágrafo único. Serão obrigatoriamente remetidas à Câmara Municipal de Unai, em até 5 (cinco) dias úteis de sua respectiva publicação, cópias autenticadas dos decretos de abertura de créditos adicionais suplementares editados em conformidade com a autorização prevista no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 10. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 11. Os recursos orçamentários vinculados aos programas de apoio às políticas públicas não poderão ser remanejados para viabilizar emendas parlamentares.

Parágrafo único. Observado o disposto no *caput* deste artigo, ficam reservados, para eventual viabilização de emendas parlamentares, os programas finalísticos.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

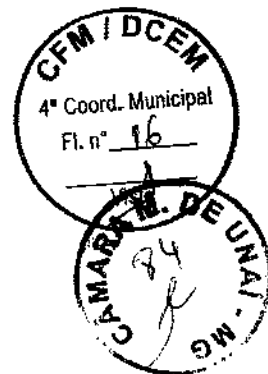
CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação de baixa renda.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de créditos para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção da garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.





(Fls. 5 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)

Art. 15. O Prefeito poderá adotar, no âmbito do Poder Executivo, parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme disposto no artigo 27 da Lei Municipal n.º 2.844, de 2013.

Art. 16. Os Apêndices A, B, C e D, com seus respectivos anexos, demonstrativos, notas e tabelas explicativas e emendas parlamentares aos anexos orçamentários são partes integrantes desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 3 de janeiro de 2014; 70º da Instalação do Município.

HERMES MARTINS SOUTO
Prefeito Municipal em Exercício

Nº da Lei	Data da Lei	Tipo da Lei	Artigo	Descrição do Artigo	Percentual Autorizado	Valor Autorizado	Quant. de Decretos Vinculados
2844	20/06/2013	Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	-	-	-	-	-
2894	27/12/2013	Lei do Plano Plurianual - PPA	-	-	-	-	-
2896	03/01/2014	LDA / Suplementação *	-	-	20.00%	-	-
2906	01/04/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	2	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE 2014 NO VALOR DE R6000000	-	60.000,00	1
2907	07/04/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R 424320	-	4.243,20	1
2913	07/05/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	4	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE 2014 NO VALOR DE R2100000	-	21.000,00	1
2917	10/07/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	5	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE 2014 NO VALOR DE R 8000000	-	80.000,00	1
2919	16/08/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R 2000000	-	20.000,00	1
2937	01/10/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO	-	10.000,00	1
2938	01/10/2014	Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	4	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO	-	246.981,40	1
2948	20/11/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	2	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORCAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R 188000000 CENTO E OITENTA E DITO MIL REAIS PARA ATENDER A PROGRAMACAO DISCRIMINADA NO ANEXO II DESTA LEI	-	188.000,00	1
2950	17/12/2014	Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORCAMENTO VIGENTE POR ANULACAO NO VALOR DE R 58705257 QUINHENTOS E OITENTA E SETE MIL CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS PARA ATENDER A PROGRAMACAO DISCRIMINADA NO ANEXO I DESTA LEI	-	142.052,57	2
2951	17/12/2014	Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORCAMENTO VIGENTE POR ANULACAO NO VALOR DE R 284400000 DOIS MILHOES OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS PARA ATENDER A PROGRAMACAO DISCRIMINADA NO ANEXO I DESTA LEI	-	2.844.000,00	1
Total						3.616.277,47	141

* Consultar no relatório Leis IP o texto da Lei para verificar o valor autorizado.



Município: 3170404 - Unai

Exercício: 2014

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 27/11/2015 11:08:43

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Período: Atual

Leis Autorizativas para Abertura de Créditos Adicionais

Município: 3170404 - Unai

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Exercício: 2014

Data e Hora de Geração: 27/11/2015 11:17:36

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Período: Anual, Origem do Recurso: 1 - Superávit Financeiro, 2 - Excesso de Arrecadação, 3 - Anulação de Dotações, 4 - Operação de crédito

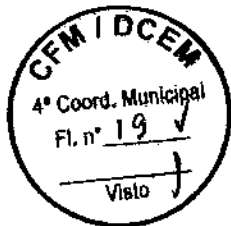
Decretos para Abertura de Créditos Adicionais

Total por Tipo de Decreto e Origem do Recurso	Valor Aberto	Total por Tipo de Decreto	Acréscimo	Redução	Saldo
1 - Decreto de Crédito Suplementar	74.640.629,95	1 - Decreto de Crédito Suplementar	74.640.629,95	61.528.929,08	13.111.700,87
1 - Superávit Financeiro	13.111.700,87	2 - Decreto de Crédito Especial	383.243,20	383.243,20	0,00
3 - Anulação de Dotações	61.528.929,08	Total	75.023.873,15	61.912.172,28	13.111.700,87
2 - Decreto de Crédito Especial	383.243,20				
3 - Anulação de Dotações	383.243,20				
Total	75.023.873,15				

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto
1	03/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	3.773.226,02
10	28/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	860.879,20
100	17/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	613.930,00
101	24/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	312.402,81
102	26/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	30.000,00
103	30/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.193.000,00
105	01/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	199.270,76
106	07/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2938 - 01/10/2014	3 - Anulação de Dotações	246.981,40
107	07/10/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2937 - 01/10/2014	3 - Anulação de Dotações	10.000,00
108	09/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	30.000,00
109	16/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.693.000,00
110	17/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	445.394,58
111	22/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	558.000,00
112	28/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	500.000,00
113	28/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	3.067.570,00
114	28/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	232.250,49
115	30/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	122.300,00
117	03/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	785.000,00
119	11/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	100.160,97
12	29/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.300.000,00
120	18/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	367.000,00
121	19/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	230.622,27
122	20/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	145.886,30
123	24/11/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2948 - 20/11/2014	3 - Anulação de Dotações	188.000,00
124	25/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	250.000,00
125	28/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.471.863,46
128	01/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	129.000,00
129	04/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	107.000,00
13	31/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	152.400,00

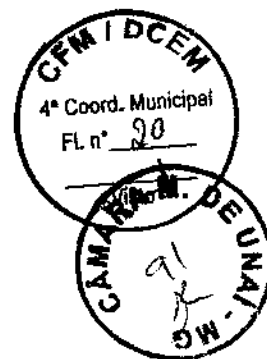
131	17/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2950 - 17/12/2014	3 - Anulação de Dotações	142.052,57
132	17/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2950 - 17/12/2014	3 - Anulação de Dotações	145.000,00
133	18/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	51.253,50
134	19/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.000,00
135	19/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2951 - 17/12/2014	3 - Anulação de Dotações	2.844,89
136	19/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	815.316,00
138	22/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	114.414,12
139	29/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	16.757,93
14	03/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	105.000,00
140	30/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	589.000,00
141	31/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	200.100,00
15	05/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	272.000,00
18	12/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	170.000,00
19	12/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	502.640,00
20	19/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	212.062,00
21	19/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.036.214,57
22	25/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	311.600,00
23	26/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	846.576,00
24	26/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	110.000,00
25	06/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	362.782,88
26	13/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	85.000,00
27	19/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	173.282,30
28	20/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	1.500.000,00
29	20/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	804.419,29
3	07/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	59.800,00
30	25/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	2.400.000,00
31	26/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	167.700,00
32	27/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	422.400,00
33	31/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	750.000,00
34	02/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	602.742,00
35	03/04/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2906 - 01/04/2014	3 - Anulação de Dotações	60.000,00
36	03/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	328.218,81
37	04/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	40.000,00
38	09/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	93.916,48
39	09/04/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2907 - 07/04/2014	3 - Anulação de Dotações	4.243,20
4	10/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	38.100,00
40	15/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	987.942,00
41	17/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.139.315,43
42	22/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	655.768,78
43	29/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.197.095,00
44	07/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	862.254,00
47	12/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	300.000,00
48	13/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	707.277,00
49	19/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	837.484,39
5	16/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	765.900,00
50	22/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	773.487,00

51	23/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	120.000,00
52	27/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	537.591,00
53	27/05/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2913 - 07/05/2014	3 - Anulação de Dotações	21.000,00
55	30/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	40.052,00
56	05/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	150.000,00
57	09/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	450.000,00
58	11/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	140.370,00
60	18/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	99.714,00
61	25/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	101.089,23
63	27/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	348.491,00
65	27/06/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2919 - 16/06/2014	3 - Anulação de Dotações	20.000,00
66	27/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	692.408,12
67	02/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	9.993.000,00
68	03/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	221.000,00
69	07/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.280.000,00
7	22/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	133.232,27
70	08/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	4.350.000,00
71	09/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	447.906,00
72	10/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	5.000,00
73	10/07/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2917 - 10/07/2014	3 - Anulação de Dotações	80.000,00
74	10/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	79.000,00
75	15/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	731.178,39
76	15/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	112.890,00
77	17/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.013.000,00
79	23/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.408.204,00
8	22/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	290.500,00
80	23/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	30.000,00
82	30/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	104.663,00
83	30/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	483.000,00
85	31/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	125.000,00
86	31/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	212.050,00
87	11/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	106.917,42
88	19/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	150.000,00
89	20/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	84.711,00
9	24/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	272.000,00
90	20/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	54.125,21
91	25/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.550.981,00
92	28/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	152.400,00
96	03/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	459.650,00
97	08/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	205.000,00
98	08/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	499.995,00
99	17/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	280.000,00
Total					75.023.873,15



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pela EAM.





LEI N.º 2.950, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, por anulação, ao orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAI, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unai decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, por anulação, no valor de R\$ 587.052,57 (quinhentos e oitenta e sete mil cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), para atender à programação discriminada no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do presente crédito adicional suplementar por anulação estão especificados no Anexo II desta Lei.

§ 2º A vigência do crédito adicional suplementar autorizado no *caput* deste artigo está em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 167 da Constituição Federal.

§ 3º O presente crédito adicional suplementar destina-se a:

I – atender complementação do saldo de classificações orçamentárias de despesas diversas do Serviço Municipal de Saneamento Básico – Saae; e

II – corrigir erros de orçamentação nas dotações da Câmara Municipal de Unai.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unai, 17 de dezembro de 2014; 70º da Instalação do Município.

DELVITO ALVES DA SILVA FILHO
Prefeito



(Fls. 2 da Lei n.º 2.950, de 17/12/2014)

ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DA LEI N.º 2.950, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Crédito

Ordem	Classificação Orçamentária	Ficha	Fonte	Valor (R\$)
1	03.01.00.17.122.0060.2202.3.1.90.11.00	1358	200	80.000,00
2	03.02.00.17.512.0061.2204.3.1.90.11.00	1388	200	200.000,00
3	03.02.00.17.512.0061.2204.4.4.90.52.00	1398	200	80.000,00
4	03.02.00.17.512.0062.2206.3.1.90.16.00	1404	200	5.000,00
5	03.02.00.17.512.0062.2206.3.3.90.30.00	1408	200	80.000,00
6	01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.30.00	1	100	1.000,00
7	01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00	3	100	5.000,00
8	01.01.00.01.422.0002.2011.3.3.90.36.00	13	100	300,00
9	01.02.00.01.122.0001.2004.3.1.90.11.00	14	100	18.684,73
10	01.02.00.01.122.0001.2004.3.3.90.30.00	16	100	65.890,37
11	01.02.00.01.272.0001.0001.3.1.90.13.00	25	100	9.204,98
12	01.03.00.01.123.0001.2005.3.1.90.11.00	28	100	11.622,22
13	01.04.00.01.031.0001.2007.3.1.90.11.00	29	100	30.350,27
Total				587.052,57

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Apresentação do Superávit Financeiro do exercício excluídos os valores relativos ao RPPS

Exercício : 2013

Município : UNAÍ

16/09/2015



ATIVO	RPPS	Município Consolidado excluído o RPPS
ATIVO FINANCEIRO	36.927.723,42	26.987.864,76
Disponível	36.927.723,42	23.286.232,89
Caixa	0,00	0,00
Bancos	0,00	3.210.558,51
Vinculado	36.927.723,42	20.075.674,38
Realizável	0,00	3.701.631,87
Ações de Curto Prazo	0,00	0,00
Devedores Diversos	0,00	3.701.631,87
Transferências Financeiras a Receber	0,00	0,00

PASSIVO	RPPS	Município Consolidado excluído o RPPS
PASSIVO FINANCEIRO	15.650,00	12.586.647,86
Restos a Pagar	15.650,00	11.314.144,43
Exercício Atual	8.150,00	8.148.692,52
Exercício Anterior	7.500,00	3.165.451,91
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Depósitos	0,00	1.272.503,43
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00
Transferências Financeiras a Conceder	0,00	0,00

Superávit Financeiro do Exercício	36.912.073,42	14.401.216,90
--	----------------------	----------------------

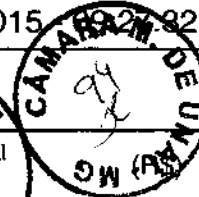
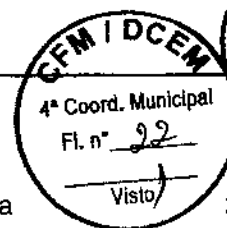
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Arrecadação Municipal Conforme Art. 29A da Constituição Federal

Exercício : 2013

Município : UNAÍ

16/09/2015



1 - Receita Tributária + Transferências

A - Impostos:

00.1112.02.00	IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	2.742.083,67
00.1112.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	5.082.110,24
00.1112.08.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.532.213,73
00.1113.05.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.871.360,29
Subtotal		21.227.767,93

B - Taxas:

00.1121.17.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	28.975,35
00.1121.25.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estab. Comerc. Industriais	19.120,14
00.1121.29.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	120.905,38
00.1121.99.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	409.330,98
00.1122.12.01	Emolumentos e Custas de Apreciação de Atos e Contratos	148.325,79
00.1122.90.00	Taxa de Limpeza Pública	995.684,23
00.1122.99.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	275.711,19
Subtotal		1.998.053,06

C - Contribuições:

00.1210.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	4.766.681,22
00.1210.29.09	Contribuição do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	58.192,17
00.1210.29.11	Contribuição de Pensionista Civil para o Regime Próprio	5.665,96
00.1230.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	985.445,94
00.1722.01.13	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	5.321,69
Subtotal		5.821.306,98

D - Transferências Correntes:

00.1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	27.897.105,90
00.1721.01.05	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.177.117,34
00.1721.36.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/96	263.961,98
00.1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	38.186.238,37
00.1722.01.02	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	6.573.362,23
00.1722.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	689.113,42
Subtotal		74.786.899,24

E - Outras Receitas Correntes:

00.1911.38.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	33.992,77
---------------	---	-----------

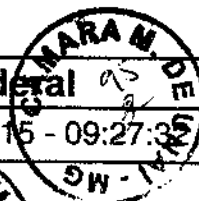
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Arrecadação Municipal Conforme Art. 29A da Constituição Federal

Exercício : 2013

Município : UNAÍ

16/09/2015 - 09:27:35



00.1911.40.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	63.900,66
00.1911.99.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	11.172,16
00.1913.11.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imp. sobre a Propriedade Predial e Territ. Urbana - IPTU	329.066,75
00.1913.13.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	21.139,62
00.1913.99.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	113.210,33
00.1931.11.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.455.896,62
00.1931.13.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	106.198,31
00.1931.99.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	109.592,66
Subtotal		2.244.169,88

TOTAL: **106.078.197,09**

Total Geral **106.078.197,09**

2 - População do Município: 77.590 habitantes.

3 - Percentual conforme população: 7,00 %

4 - Limite conforme art. 29A, CF/88 7.425.473,80

Município: 3170404 - Unai

Exercício: 2014

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 30/11/2015 07:30:56

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Órgão: 01 - Câmara Municipal de Unai, 02 - Prefeitura Municipal de Unai, Período: Anual, Tipo de Lançamento: 04 - Transferências Financeiras

Receitas e Despesas Extraorçamentárias

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Unai

Unidade Orçamentária	Tipo de Lançamento	Subtipo e Descrição	Fonte de Recurso	Data do Lançamento	Ingresso	Dispendio
01001000 - GABINETE E SECRETARIA	04 - Transferências Financeiras	0001 - Repasse à Câmara	100	31/01/2014	357.105,67	0,00
			100	28/02/2014	595.338,33	0,00
			100	31/03/2014	595.338,33	0,00
			100	30/04/2014	621.362,90	0,00
			100	31/05/2014	621.362,90	0,00
			100	30/06/2014	621.362,90	0,00
			200	31/07/2014	621.362,90	0,00
			200	31/08/2014	621.362,90	0,00
			100	30/09/2014	621.362,90	0,00
			100	31/10/2014	621.362,90	0,00
			200	30/11/2014	621.362,90	0,00
			200	31/12/2014	621.362,86	0,00
			Subtotal por Tipo			
Total por Órgão				7.140.048,39	0,00	

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Unai

Unidade Orçamentária	Tipo de Lançamento	Subtipo e Descrição	Fonte de Recurso	Data do Lançamento	Ingresso	Dispendio
02003000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO (SEMAO)	04 - Transferências Financeiras	0001 - Repasse à Câmara	100	20/01/2014	0,00	357.105,67
			100	20/02/2014	0,00	595.338,33
			100	20/03/2014	0,00	595.338,33
			100	23/04/2014	0,00	621.362,90
			100	20/05/2014	0,00	621.362,90
			100	24/06/2014	0,00	621.362,90
			100	21/07/2014	0,00	621.362,90
			100	20/08/2014	0,00	621.362,90
			100	22/09/2014	0,00	621.362,90
			100	20/10/2014	0,00	621.362,90
			100	20/11/2014	0,00	621.362,90
			100	22/12/2014	0,00	621.362,86
			Subtotal por Tipo			
Total por Órgão					0,00	7.140.048,39
Total por Município					7.140.048,39	7.140.048,39



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo DCEM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Situação dos Limites dos Dispostos do Anexo 1

Data/hora de geração da listagem: 30/11/15 09:31

Exercício: 2015 Data Base: 30/04 Data Limite Intertemporativo:

Município: Unai Poder: Ambos

Disposto: Todos Período: Período Atual

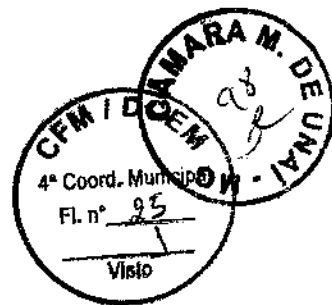
Resultado da pesquisa

Poder: Executivo Data Base: 30/04/2015

Disposto	Limite	Situação	Percentual Total Aplicado	Percentual Excedente
Despesa Total com Pessoal	54,00	Valor acima do limite	56,73%	2,73%
Dívida Consolidada	0,00	Nenhum	11,16%	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	120,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Dívida Mobiliária	0,00	Nenhum	0,00%	0,00%
Concessões de Garantias	22,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Operações de Crédito (exceto ARO)	16,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)	7,00	Dentro do Limite	0,00%	0,00%

Poder: Legislativo Data Base: 30/04/2015

Disposto	Limite	Situação	Percentual Total Aplicado	Percentual Excedente
Despesa Total com Pessoal	6,00	Valor até 90% do limite	3,74%	0,00%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Situação dos Limites dos Dispostos do Anexo 1

Data/hora de geração da listagem: 30/11/15 09:31

Parâmetros da pesquisa		
Exercício: 2015	Data Base: 31/08	Data Limite Intermédio:
Município: Unai	Poder: Ambos	
Disposto: Todos	Período: Período Atual	
Resultado da pesquisa		

Poder: Executivo	Data Base: 31/08/2015	Disposto	Límite	Situação	Percentual Total Aplicado	Percentual Excedente
Despesa Total com Passoa			54,00	Valor acima do limite	60,25%	6,25%
Dívida Consolidada			0,00	Nenhum	11,03%	0,00%
Dívida Consolidada Líquida			120,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Dívida Mobiliária			0,00	Nenhum	0,00%	0,00%
Concessões de Garantias			22,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Operações de Crédito (exceto ARO)			16,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Antecipação de Receita Drgamentária (ARO)			7,00	Dentro do Limite	0,00%	0,00%

Poder: Legislativo	Data Base: 31/08/2015	Disposto	Límite	Situação	Percentual Total Aplicado	Percentual Excedente
Despesa Total com Passoa			6,00	Valor até 90% do limite	3,85%	0,00%





CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

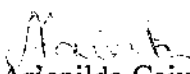


TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Nesta data, encerra-se o primeiro volume do presente processo.

O assunto continuará sendo tratado no segundo volume, que leva o mesmo número do processo e as mesmas especificações.

Unai, 18 de maio de 2018; 74º da Instalação do Município.


Servidora Arionilda Caixeta da Silva Braga
Chefe do Serviço de Apoio ao Processo Legislativo